

HABEAS CORPUS Nº 564.153 - SP (2020/0050528-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : WASHINGTON BENEDITO RAMALHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS MARADONA FLAVIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar impetrado em benefício próprio por CARLOS MARADONA FLAVIO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0000164-73.2017.8.26.0614.

Consta dos autos que o impetrante/paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 816 dias-multa, como incurso no **art. 33, caput, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006** (e-STJ, fls. 31/40)

Irresignada, a defesa apelou e o Tribunal estadual negou provimento ao recurso, mantendo a condenação nos termos proferidos na sentença (e-STJ, fls. 8/16), em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO TRÁFICO DE DROGAS. Comprovação segura nos elementos coligidos aos autos Absolvição ou desclassificação para a figura do art. 28, da Lei nº 11.343/06 Impossibilidade Pena Devidamente aplicada Regime fechado Adequado- Apelo improvido.

No presente *writ* (e-STJ, fls. 1/7), o impetrante/paciente sustenta haver constrangimento ilegal, porquanto não há nos autos elementos probatórios suficientes a amparar a sua condenação, ante a ausência de indícios suficientes de materialidade e autoria. Afirma, também, que é usuário, devendo o delito ser desclassificado para o art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, sua absolvição e, subsidiariamente, a desclassificação do delito previsto no art. 33 para o tipo

penal previsto no art. 28, ambos da Lei de Drogas.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 23/24, e as informações foram prestadas às e-STJ, fls. 29/61.

Em PET 00164779/2020, às e-STJ, fls. 67/69, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo informa que há pedido de revisão criminal dirigida ao TJ/SP, em favor do paciente, referente a essa condenação, aguardando julgamento, de modo que, excetuando-se a concessão da ordem, de ofício, é de se aguardar a decisão a ser proferida pelo Tribunal paulista para que esta Corte Superior possa analisar eventual permanência de constrangimento ilegal contra o paciente.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 71/74, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca o impetrante/paciente, em suma, sua absolvição ou, ao menos a desclassificação do delito a que foi condenado.

Como é cediço, o *habeas corpus* não é a via adequada para apreciar pedido de absolvição ou de desclassificação de delitos, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias de origem, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e das provas constantes dos autos, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heroico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

Nessa esteira:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ART. 12 DA LEI N. 10.826/2003. POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO DE USO

Superior Tribunal de Justiça

PERMITIDO. ABSOLVIÇÃO. EXCEPCIONALIDADE NA VIA ELEITA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. ATIPICIDADE DA CONDUTA NÃO EVIDENCIADA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O habeas corpus não se presta para apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita.

[...]

5. Writ não conhecido. (HC n. 413.150/MS, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, Julgado em 23/11/2017, DJe 28/11/2017)

Ademais, consoante informado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, já existe um pedido de revisão criminal aguardando julgamento no Tribunal de origem, de modo que, em breve, as insurgências do impetrante/paciente deverão ser processadas e analisadas pela via processual adequada, não havendo a necessidade da precoce intervenção desta Corte Superior.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator